

MEMÓRIAS DE INFÂNCIA DE MULHERES EDUCADAS NA DITADURA MILITAR¹

Dantiely Martins Ferreira ²
Raquel Dias Amaro ³
Raquel Gonçalves Salgado ⁴

RESUMO

As memórias de infância, durante a ditadura militar, marcadas por violências de múltiplos vetores, do totalitarismo de Estado, de gênero, sexualidade, raça, classe e de territorialidade, são, ainda, nos dias atuais, pouco conhecidas e têm tímida visibilidade, até mesmo quando se trata de crianças da época. Dessa forma, para além de ressaltar essas memórias de infâncias que, por ora, estão esquecidas, o objetivo desta pesquisa é analisar o contexto histórico, sócio-político e o cotidiano em que esses corpos estavam inseridos, marcados pela colonização e pelo patriarcado, como pilares importantes da sociedade capitalista que, durante a ditadura, muito se pautou no ideário nacionalista/conservador como mote do progresso e do desenvolvimento da nação. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, que se fundamenta em Walter Benjamin, para a compreensão da infância como memória e perspectiva crítica sobre o tempo presente; na análise de discurso de Michel Foucault; e na abordagem metodológica da interseccionalidade. A partir da análise do discurso de cinco mulheres participantes, buscou-se compreender: como as normativas de gênero atreladas ao feminino aparecem nas memórias de mulheres como parte da educação vivida na escola e na família; os sentidos que elas produzem sobre a educação para o feminino em suas infâncias e quais outras referências simbólicas elegem para compor suas memórias e, também, como marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe e território configuram as memórias de infância dessas mulheres. Assim, viu-se a necessidade de registro da produção dessas memórias de infância na ditadura militar, na região mato-grossense, de modo que esta pesquisa tem, também, denúncias de como a educação da época tem efeitos de subjetivação até hoje, seja por meio de normativas de gêneros, sexualidades, familismos e/ou subversões.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Memórias de Infância, Educação, Interseccionalidade, Familismo.

¹ Pesquisa realizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - Financiada pelo CNPq.

² Psicóloga e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - MT, dantiely.martins@aluno.ufr.edu.br;

³ Psicóloga e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - MT, raquel.dias@aluno.ufr.edu.br;

⁴ Orientadora e Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis, raquel.salgado@ufr.edu.br.

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos, no Brasil, um processo democrático sob ameaças de um governo autoritário e de base militar que está no poder e tenta apagar o passado e, no presente, agencia violências e censuras, abrindo caminhos, cada vez mais, para políticas de exceção. A exemplo disso, há uma crise sanitária epidemiológica mundial de COVID-19 que, como resposta ao negacionismo das lideranças nacionais, em um espaço de tempo de dois anos, acarretou mais de 686 mil mortes no Brasil e, como consequência disso, é o país que ocupa o terceiro lugar no ranking de vidas perdidas por negligência do Estado. Diante de tantos casos e mortes subnotificados, pessoas mais vulnerabilizadas são os principais alvos de extermínio de uma doença para a qual já existe vacina. Entretanto, o atual Governo Federal nega ostensivamente a tragédia que assola o país, indo na contramão de medidas sanitárias que poderiam contê-la para propagar o discurso do progresso, de modo que não é demasiado afirmar que estamos diante de dispositivos de políticas de exceção, as quais não remetem apenas ao passado da ditadura militar, visto que hoje há ainda necropolíticas vigentes, postas em curso pelo Estado brasileiro, ainda que se reportem a conjunturas distintas.

As memórias de infância, durante a ditadura militar, marcadas por violências de múltiplos vetores, do totalitarismo de Estado, de gênero, sexualidade, raça, classe e de territorialidade, são, ainda, nos dias atuais, pouco conhecidas e têm tímida visibilidade, até mesmo quando se trata de crianças da época. Dessa forma, para além de ressaltar essas memórias de infâncias que, por ora, estão esquecidas, o objetivo desta pesquisa é analisar o contexto histórico e sócio-político em que esses corpos estavam inseridos, marcados pela colonização e pelo patriarcado, como pilares importantes da sociedade capitalista que, durante a ditadura militar brasileira, muito se pautou no ideário nacionalista e conservador como mote do progresso e do desenvolvimento da nação. Para estas análises, há recortes específicos de critérios: mulheres, com idades entre 50 e 60 anos, de diferentes identidades raciais e sexuais, que tenham vivido suas infâncias em metrópoles e cidades do interior do país e estejam, atualmente, inseridas em sindicatos ou movimentos sociais envolvidos com a defesa dos direitos humanos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho qualitativo e, como abordagem metodológica e analítica, fundamenta-se na perspectiva das memórias de infância, ancorada em Walter Benjamin (1985), que se afasta da presentificação, ou seja, da repetição de um passado perene no presente (GAGNEBIN, 2014). A pesquisa conta, também, com os aportes da análise de discurso de Michel Foucault (1996), que permitem compreender os atravessamentos das relações e dos dispositivos de poder nas produções discursivas. Outro

importante viés teórico-metodológico é a interseccionalidade por oferecer subsídios para a análise de diferentes marcadores sociais, como classe social, gênero, sexualidade, raça/etnia e território, na produção de sentidos que configuram as experiências de infância narradas nas memórias da ditadura militar.

A partir dessas delimitações, podemos perguntar: como as normativas de gênero atreladas ao feminino aparecem nas memórias das mulheres como parte da educação vivida na escola e na família? Como marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe social e território configuram as memórias de infância dessas mulheres? As memórias da ditadura militar no Brasil, ao serem produzidas no tempo presente, convocam-nos a olhar para esse passado na escuta atenta das vozes pretéritas que ainda ressoam na atualidade, mesmo tendo sido sufocadas. Como Walter Benjamin expõe, a memória é tocada e movida pelos apelos e inquietações do presente: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.” (BENJAMIN, 1985, p. 224, grifo do autor). Desse modo, pode-se afirmar, a partir da perspectiva benjaminiana, que, nessas memórias de infância, não é a criança do passado que faz a narrativa, é o presente que as convoca nesse jogo de temporalidade que ressignifica as experiências.

Ao tratar dessas vozes pretéritas da ditadura, Vandelir Camilo (2020) afirma que, a partir de seu conceito de necromemória⁵, ainda que essas vozes tenham oportunidades de ressoar, o mesmo, muitas vezes, não acontece com corpos em diáspora. Pois, a necromemória é, justamente, a ferida. Ela é a chaga social que se vincula diretamente ao passado, mas se cala no presente. Nesse sentido, esta pesquisa tem o compromisso social de expor, também, o funcionamento do pacto da branquitude, além de buscar compreender a relação entre as memórias de infância de mulheres, que eram crianças durante a ditadura, e os impactos de suas atuações em sindicatos e movimentos sociais, no presente da vida adulta.

Raquel Salgado e Marcelo Ferreira (2019) discorrem que: “Nas performances de gênero, o corpo aparece como um ponto de apoio importante para a materialização das normas.” (SALGADO; FERREIRA, 2019, p. 127). Com isto, buscou-se analisar os sentidos que mulheres, participantes da pesquisa, produzem sobre as suas memórias de infância em um contexto de repressão política e tentativa de padronização de normas, a partir de suas experiências atuais de engajamento político e social. Sem dúvida, nessas análises, os

⁵ Necromemória é a expressão do poder e a capacidade de determinado Estado (necropolítica e necropoder) manipular as construções, as representações e os destinos políticos de determinado grupo, a partir das interações do passado com o qual esse grupo terá acesso, mantendo constante a mortificação de determinadas memórias. (CAMILO, 2020, p. 17).

processos educativos têm destaque especial nas memórias de infância dessas mulheres: os discursos e as relações vividas na escola e na família, que podem aparecer sob a forma de brinquedos, brincadeiras, roupas, tarefas escolares e domésticas, práticas disciplinares etc. Portanto, pôr em questão os processos educativos voltados para as normativas de gênero atravessadas por políticas de exceção, sob a perspectiva das memórias e do tempo presente, é um eixo importante de análise desta pesquisa.

METODOLOGIA

As memórias das experiências de infância vividas durante a ditadura militar de mulheres que, atualmente, estão inseridas em sindicatos ou movimentos sociais engajados na defesa dos direitos humanos compõem o corpus desta pesquisa. Essas memórias são narrativas escritas ou orais, dependendo da escolha da/o participante, enviadas à pesquisadora por e-mail ou via WhatsApp. Esta pesquisa é de caráter qualitativo. Sua abordagem metodológica e analítica fundamenta-se na perspectiva das memórias de infância, ancorada em Benjamin, na análise de discurso de Michel Foucault e na abordagem interseccional.

Os critérios de inclusão para a participação na pesquisa são: mulheres, com idades entre 50 e 60 anos – porém, foram revistas as idades e a faixa etária das pessoas passou a ser entre 50 e 70 anos, considerando o fato de as pessoas terem entre 10 e 15 anos de idade quando o golpe, em 1964, aconteceu, de modo que para estas as experiências de infância ainda são possíveis de serem narradas – de diferentes identidades raciais e sexuais, que tenham vivido suas infâncias em metrópoles e/ou cidades do interior do país e estejam, atualmente, inseridas em sindicatos ou movimentos sociais envolvidos com a defesa dos direitos humanos.

Ressalta-se que foram adotados os devidos procedimentos éticos no decorrer do processo da pesquisa, de modo que o projeto de pesquisa, coordenado pela Profa. Raquel Gonçalves Salgado e do qual parte este relatório, foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal de Rondonópolis, do qual obteve aprovação. Assim, considerando as medidas adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a respeito da pandemia de COVID-19, optou-se por estabelecer contatos com as participantes da pesquisa por meios digitais (e-mail ou WhatsApp). Em seguida, foram tomadas as devidas providências para que as participantes tivessem acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no formato de formulário on-line (Google Forms), elaborado de acordo com os princípios éticos envolvendo seres humanos, estabelecidos pela Resolução CNS no 510/2016, por meio do qual as participantes tomaram

ciência dos objetivos da pesquisa, dos seus procedimentos metodológicos, dos seus riscos e benefícios, bem como das medidas a serem tomadas pela pesquisadora para a mitigação dos riscos e para garantir a proteção, o sigilo dos dados fornecidos pelas participantes, o anonimato de suas identidades e a sua autonomia para decidir sobre a sua participação ou não na pesquisa.

Após o recebimento das memórias por WhatsApp (áudio), foram realizadas as transcrições dos áudios e, no caso de recebimento por e-mail (texto escrito), foi feita a separação desses documentos em pastas para análises. Para além das atividades desenvolvidas acima, envio do convite, assinatura do TCLE pelas participantes e recebimento dos relatos de memórias de infância para as análises, foi feito, também, um levantamento do estado do conhecimento sobre a temática da pesquisa em sites de periódicos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas nos últimos dez anos, com base nos seguintes descritores: a) memórias de infância e ditadura militar; b) memórias de infância, educação e ditadura militar; e c) memórias de escola e ditadura militar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não por coincidência, os resultados obtidos nesta pesquisa se fez de forma inédita, pois, para além dos objetivos esperados, conseguiu-se, aqui, problematizar também quais eram os lugares que essas mulheres ocupavam na infância, a formação e classe social que seus familiares tinham; onde elas estão trabalhando hoje e qual salário que recebem; o fato de 80% serem brancas e receberem acima de cinco salários mínimos e, diante disso, pode-se problematizar que, não coincidentemente, a única pessoa que não teve acesso à escola foi uma mulher negra, que aprendeu a ler - pouco - depois de adulta e não sabe escrever.

E o que a branquitude tem a ver com isso? Cida Bento (2002) analisa que a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar, persistentemente, que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado. Segundo Lia Schucman (2012), o fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas também o seu produtor ativo, por meio dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento.

Mas, o que é a branquitude? Bento discorre que “a branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para

construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo.” (2002, p. 28, grifo da autora). Doravante a isso, entende-se que a necessidade de nomear a branquitude é um movimento de reflexão a partir e para fora da própria experiência de ser branco. “É o questionamento consciente do preconceito e da discriminação que pode levar a uma ação política antirracista” (PIZA, 2005, p. 07). Assim, também, recorreremos à noção de enquadramento, na perspectiva de Judith Butler (2016), ao problematizar as conjunturas de possibilidade para que determinadas vidas sejam tidas como legítimas, concomitante ao que se reflete sobre as marcas que excluem determinadas pessoas da posição de sujeitos dignos de amparo.

A educação para a moralidade e civismo não foi uma invenção da ditadura militar. A partir da instalação do governo republicano, reformas educacionais começaram a promover uma educação orientada para a formação de comportamentos cívicos. Desde as primeiras décadas do século XX, a educação moral e cívica esteve presente nos currículos escolares, mas nem sempre como disciplina. As mudanças na política brasileira e na política educacional ocasionaram mudanças curriculares que modificaram as formas pelas quais os valores morais e cívicos eram incorporados às atividades escolares.

Assim, em alguns momentos, privilegiou-se a educação cívica como disciplina escolar, de caráter teórico e, em outros momentos, a disciplina teórica foi rejeitada em razão do entendimento de que a formação cívica seria mais eficiente se realizada por meio de uma prática educativa, que deveria formar hábitos cívicos mediante atividades práticas sem se restringir a horários determinados, programas curriculares, avaliações e outros aspectos próprios da forma disciplinar.

De acordo com Judith Butler (2016), um dos principais aspectos de caracterização de um Estado de exceção e soberano é o poder que exerce sobre as pessoas, e o uso desse poder para obrigar os cidadãos/ãs a obedecerem às imposições. Se fizermos o recorte dos atravessamentos de gênero que essas narrativas carregam, notamos como há aquelas pessoas que escapam dessa obediência compulsória e da captura das normas e, por assim existirem, são identificadas como abjetas ainda em suas adolescências, principalmente quando ingressam no ensino superior. Pois, apenas, quase na vida adulta, puderam perceber o que acontecia no país, porque havia uma ilusão de uma nação em desenvolvimento, cultivada na infância, que foi quebrada com a consciência do autoritarismo, do conservadorismo, dos danos e sequelas deixadas pelo estado de exceção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, em se tratando de possíveis ou impossíveis alternativas para as experiências de mulheres da época da ditadura militar, é importante destacar o marco histórico atual no Brasil, quando se tem possibilidades de ocupação de mulheres cis e trans dentro do poder legislativo, pois, segundo o Senado Federal, as candidaturas femininas bateram recorde este ano, com 33,3% dos registros nas esferas federal, estadual e distrital. As mulheres representam 53% do eleitorado do país, o que corresponde a 82 milhões de votantes. Apesar disso, elas ocupam apenas 17,28% das cadeiras no Senado.

Outro marco importante, também, é que, neste ano de 2022, a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) conseguiu mapear, pelo menos, 79 candidaturas trans pelo Brasil, sendo 89% (70) travestis e mulheres trans contra 52% em 2018. O índice de mulheres alfabetizadas também cresceu, mas ainda há muito para se avançar nas possibilidades de acesso à educação no país.

A partir de dados do presente, é possível interrogar o passado, produzindo perguntas para as memórias do terror, na busca de problematizar também como essas memórias ainda repercutem no presente. Assim, viu-se a necessidade de registro da produção dessas memórias de infância na ditadura militar e resistências que essas mulheres fazem, principalmente, aqui na região mato-grossense, de modo que esta pesquisa tem, também, uma abertura para maiores informações a respeito das (re)existências da ditadura nesta região. Não há respostas para muitas perguntas que aqui foram feitas, mas, a partir dessas narrativas, com certeza, há sentidos e respeito.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENTO, M. A. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (orgs.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 25-58.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CAMILO, Vandelir. **Necromemória: reflexões sobre um conceito**. Rio de Janeiro, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e memoração**. Ensaio sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

PIZA, Edith. **Adolescência e racismo: uma breve reflexão**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. Proceedings online... Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn>. Access on: 20 Aug. 2022.

SALGADO, Raquel Gonçalves; FERREIRA, Marcelo Santana. Nas narrativas de si, as estéticas de existência em corpos infantis que interrogam a vida e em desenvolvimento. In: WILLMS, Elni Elisa; ALMEIDA, Rogério de; BECCARI, Marcos (orgs.). **Diálogos entre arte, cultura e educação**. São Paulo: EdUSP, 2019, p. 114-13.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Acesso em: 2022-08-20.